

para a áreas das Tecnologias na Agência Europeia em Bilbao, Criação do Contact Center do MTSS.

Frequentou vários cursos de formação profissional, entre eles, o curso de Formação de Gestão Estratégica, o Seminário de Alta Direção para Dirigentes na Administração Pública, e o curso de Formação Novo Sistema de Avaliação de Desempenho, ministrados pelo INA.

Apresentou comunicações e moderou intervenções em diversos seminários, a convite de várias entidades, versando temas de direito do trabalho e segurança, higiene e saúde no trabalho.

Vítor Manuel Fernandes Rodrigues Teixeira, 45 anos, licenciado em Arquitetura, pela Universidade Técnica de Lisboa, 1994 e Pós-Graduado em Segurança e Higiene do Trabalho, pelo Instituto Superior de Educação e Ciências, 2003. Em 1996, integrou o Departamento de Higiene e Segurança da Caixa Geral de Depósitos (Execução de projetos contra incêndios em edifícios). A partir de dezembro de 1996 efetuou o estágio para ingresso na carreira de inspeção superior, do quadro de pessoal do IDICT e em 02 de novembro de 1998 assume funções como Técnico Superior no PEETI — Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, até ingressar em 04 de setembro de 2001 na carreira de inspeção superior do IDICT — Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições do Trabalho. Em 27/04/2004 é nomeado Inspetor Principal e em 26/06/2009, Inspetor Superior, exercendo a sua atividade no Centro Local da Península de Setúbal (Almada); desde 2 de janeiro de 2013 que desempenha as funções de Coordenador do Centro Local da Península de Setúbal da ACT, já exercendo desde 2006, no entanto, a coordenação do Serviço, sempre que necessário, em substituição e nas ausências dos então Dirigentes. Frequentou diversas ações de formação, nomeadamente, o curso de “Segurança no Trabalho da Construção — Gestão e Coordenação”, pelo Instituto Superior Técnico e participou em congressos, conferências, seminários, colóquios, jornadas e encontros, no âmbito do Direito do Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho. Nomeado para projetos especiais, designadamente, no âmbito da construção da Barragem do Alqueva, da Auto-Estrada A2 e da Auto-Estrada Estremoz/Badajoz -1998/1999, bem como acompanhamento do “Programa Trabalho Seguro”, 1999. Conferencista e palestrante em representação da Inspeção do Trabalho, designadamente, sobre a “Coordenação de Segurança na Construção Civil: a perspetiva da IGT”; “O Projeto e a Prevenção — Perspetiva da IGT”, “A Segurança na gestão de obras e as responsabilidades do dono de obra” e a “Segurança na Abertura de Escavações”; monitoragem de módulos sobre “Acidentes de Trabalho na Construção” e “Coordenação de Segurança”, nomeadamente, no Instituto Superior Técnico e na Câmara Municipal de Lisboa.

Membro de grupos de trabalho, algum dos quais coordenou, designadamente, no âmbito do acompanhamento realizado às grandes obras públicas da Península de Setúbal; participação em Comissões Técnicas Interministeriais, em representação da Inspeção do Trabalho, às quais competiu a análise dos acidentes de trabalho respeitantes à queda de viadutos em construção; orientação da parte prática dos médicos finalistas do Curso de Medicina do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra — 2006; Orientação pedagógica do Estágio de Formação Inicial para Ingresso na Carreira de Inspetor Superior do Trabalho. Destaca-se ainda a publicação: “Evolução da Sinistralidade em Trabalhos de Construção Civil e Obras Públicas” e “A Segurança na Construção Civil: Um Modelo Possível” — Publicação Estruturas 2002, Os Novos Desafios na Qualidade das Obras, Lisboa, LNEC, julho de 2002.

José António de Oliveira Tavares, 63 anos, licenciado em Direito (Ciências Jurídicas Políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 1986. Frequentou diversos cursos de formação e participou em ciclos de estudos, congressos, conferências, seminários, colóquios, jornadas e encontros sobre temas da área das condições gerais de trabalho, segurança, higiene e saúde no trabalho e outros conexos com as atividades desenvolvidas, nomeadamente formação de formadores, informática na ótica do utilizador e para dirigentes, gestão de conflitos e técnicas de negociação coletiva, novas tecnologias na modernização administrativa, o direito do trabalho, a segurança e saúde no trabalho, nos diversos aspetos e setores de atividade. Atualmente é inspetor superior principal do quadro de inspeção superior da ACT, na Unidade Local do Barreiro. Desempenha as funções de Coordenador da Unidade Local do Barreiro da ACT, desde 19 de outubro de 2012 até esta data; de 01 de outubro de 2007 até 01 de outubro de 2010, foi nomeado em comissão de serviço, subinspetor-geral da ACT — Autoridade para as Condições do Trabalho; de 20 de dezembro de 1999 até 22 de outubro de 2002, exerceu as funções de Subinspetor-geral do trabalho, no IDICT — Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho; de 10 de julho de 1996 a 20 de dezembro de 1999, foi nomeado, em comissão de serviço, delegado do IDICT/IGT, em Almada; de 21 de junho de 1993 a 21 de junho de 1996 foi nomeado, em comissão de serviço, subdelegado do IDICT/IGT, no Barreiro. Como dirigente nacional da ACT e

no âmbito das suas competências representou a organização junto das várias instâncias nacionais e internacionais.

207544287

Despacho n.º 1363/2014

Nos termos da alínea *h*) do ponto 1.1 do artigo 1.º do Despacho n.º 22726-B/2007, de 21 de setembro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, conjugado com o n.º 1.º do artigo 1.º da Portaria n.º 1294-C/2007, e com o n.º 3 do artigo 1.º da Portaria n.º 1294-D/2007, ambas de 28 de setembro, foi criada na Autoridade para as Condições do Trabalho, a Divisão de Auditoria e Assuntos Jurídicos, que deverá ser chefiada por um chefe de divisão, cargo de direção intermédia do 2.º grau. Face ao exposto, torna-se necessário assegurar as funções de direção da referida divisão, definidas no artigo n.º 9.º do mencionado Despacho n.º 22726-B/2007, de 21 de setembro de 2007.

Considerando que o licenciado Nelson Lourenço, Técnico Superior da Autoridade para as Condições do Trabalho, reúne as condições estabelecidas no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004 de 15/01, republicada pela Lei n.º 64/2011 de 22/12 (EPD — Estatuto do Pessoal Dirigente), como decorre da Nota Curricular anexa ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º e n.ºs 9, 10 do artigo 21.º do EPD, nomeio, em regime de substituição, o licenciado Nelson Lourenço, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Auditoria e Assuntos Jurídicos.

A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.

13 de janeiro de 2014. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

Nota Curricular

I — Identificação:

Nome: Nelson Lourenço
Data Nascimento: 21 de setembro de 1971
Nacionalidade: Portuguesa

II — Formação Académica:

Licenciatura em Direito

III — Formação complementar:

Participação em diversas ações de formação, designadamente, nas áreas de direito administrativo, contencioso administrativo, recursos humanos, recrutamento e seleção de pessoal, auditoria, contratação e despesa pública, tecnologias de informação, liderança e avaliação de desempenho.

IV — Experiência Profissional:

Coordenador da Divisão de Auditoria e Assuntos Jurídicos da Autoridade para as Condições do Trabalho, desde 1 de abril de 2013;

De 2011 até maio de 2013 — Técnico Superior na Divisão de Auditoria e Assuntos Jurídicos da Autoridade para as Condições do Trabalho;

De 2006 a 2010 — Técnico Superior, responsável pela área, jurídica no Gabinete de Planeamento Estratégia Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior.

V — Outras atividades:

Formador interno; júri de vários concursos de recrutamento; participação em vários grupos de trabalho no âmbito da elaboração de projetos regulamentares.

207543322

Despacho n.º 1364/2014

Nos termos da alínea *f*) do ponto 1.1 do artigo 1.º do Despacho n.º 22726-B/2007, de 21 de setembro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, conjugado com o n.º 1.º do artigo 1.º da Portaria n.º 1294-C/2007, e com o n.º 3 do artigo 1.º da Portaria n.º 1294-D/2007, ambas de 28 de setembro, foi criada na Autoridade para as Condições do Trabalho, a Divisão Patrimonial e Financeira, que deverá ser chefiada por um chefe de divisão, cargo de direção intermédia do 2.º grau. Face ao exposto, torna-se necessário assegurar as funções de direção da referida divisão, definidas no artigo n.º 7.º do mencionado Despacho n.º 22726-B/2007, de 21 de setembro de 2007. Considerando que o licenciado Rui Manuel Costa dos Santos, Técnico Superior da Autoridade para as Condições do Trabalho, reúne as condições estabelecidas no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004 de 15/01, republicada pela Lei n.º 64/2011 de 22/12 (EPD — Estatuto do Pessoal Dirigente), como decorre da Nota Curricular anexa ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º e n.ºs 9, 10 do artigo 21.º do EPD, nomeio, em regime de substituição, o licenciado